

política

em tempo integral em todas as escolas

Perfil



FOTOS: GABRIELI SILVA/ESPECIAL/JC

Juliana Brizola (PDT) nasceu em Porto Alegre, tem 51 anos e é mãe de José Inácio e Angelina. É formada em Direito, tem especialização em Segurança Pública, mestrado em Ciências Criminais. Foi secretária municipal de Porto Alegre, vereadora da Capital e deputada estadual por três mandatos consecutivos. Atualmente é vice-presidente nacional do PDT e presidente nacional da AMT-Brasil, movimento de

mulheres do partido. Sua história pessoal também ajuda a explicar a forma de fazer política. Quando criança viveu o exílio ao lado do avô, o ex-governador Leonel Brizola, durante a ditadura militar. Cresceu entre o Uruguai e o Rio de Janeiro. Em 2024, disputou a prefeitura de Porto Alegre, alcançando o terceiro lugar naquelas eleições. Hoje é candidata ao governo do Rio Grande do Sul.

sionária explorar, fora que é fim de governo e ninguém sabe o que pode acontecer no ano que vem. Agora, o terceiro trecho, que é o único que está sendo explorado, ele já está desde 2023 atuando, e a gente já teve quatro aumentos de tarifa e não tem um canteiro de obra. Então, eu não acredito que o público simplesmente entrega para o privado e depois não quer mais saber. A gente precisa fiscalizar os contratos.

JC - Uma de suas principais bandeiras é a escola em tempo integral. Como pretende avançar nessa política?

Juliana - Eu acredito na escola de tempo integral, e não porque ela é uma escola inventada pelo meu avô Leonel Brizola, apesar de ele ter sido um visionário, de muitos anos atrás ter enxergado que o tempo que a criança passa na escola é determinante na sua trajetória escolar. Hoje, o que a gente sabe é o seguinte: há uma desconexão desde que a criança entra na pré-escola até a chegada no Ensino Médio. Essa trajetória é cheia de defasagem, aprendizado ruim, e até o analfabetismo voltou

- as crianças não estão se alfabetizando na idade certa. Quando chega no Ensino Médio, chega em um gargalo. Então, o meu olhar não vai ser só para o Ensino Médio, que é a maior competência do Estado, porque eu preciso acompanhar a trajetória dessa criança. A gente, infelizmente, tem idades que as crianças estão chegando no sexto ano sem conseguir interpretar um texto. Então, a gente precisa unir município, Estado e até a União, quando chega nas faculdades, para que a gente tenha um caminho para essa criança. Agora, a escola de tempo integral é comprovadamente uma escola dos países desenvolvidos. Tem uma pesquisa que diz que a criança que conseguiu estudar nesse tipo de escola, que quero deixar claro, não é um depósito de crianças para os pais trabalharem, apesar de ser muito importante, sobretudo para a mulher hoje, que chefia as famílias. Mas é uma escola, é o direito da criança, que não tem como pagar uma particular, estudar em uma boa escola. Então, ali, ela não tem só Matemática, Geografia... Tem a oportunidade

que a criança que estuda na escola particular tem, ou seja, a quadra esportiva de qualidade, acesso à cultura, questões intelectuais, reforço. Uma escola que prepara a criança para o mundo, e sou uma entusiasta porque tem pesquisa que mostra que isso é verdade.

JC - Também há o debate sobre o avanço do ensino técnico...

Juliana - Hoje a gente vê também essa falta de mão de obra qualificada, conversando com empresários, com empreendedores. A escola de tempo integral vem justamente para qualificar esse tempo na escola, e acredito muito que a gente tem que fazer uma conexão também em relação ao Ensino Médio, de colocar a oportunidade para os nossos jovens optarem por alguma escola técnica já no Ensino Médio. Antigamente, dizia: é o filho do pobre que vai para a escola técnica, e o do rico vai para a universidade. Hoje a gente precisa fazer diferente. Por exemplo, o jovem já precisa ter essa oportunidade no Ensino Médio. Talvez ele tenha algo ligado ao turismo, ele pode fazer uma escola téc-

nica sobre turismo e depois avançar para uma universidade. Um não é impedimento do outro. Então, meu primeiro compromisso é que a gente consiga transformar todas as escolas do nosso Estado, claro que isso é aos poucos, é gradativamente, em tempo integral, com o ensino técnico.

JC - E com que recursos?

Juliana - Acho muito importante isso, porque a gente realmente tem que dizer de onde vem o dinheiro. Eu falei sobre o Propag, e é daí que eu penso que a gente vai conseguir. A partir do Propag, a gente pode ter R\$ 660 milhões ao ano em recursos novos, e R\$ 2,6 bilhões em quatro anos. É daí que penso que vou conseguir adaptar as escolas para o tempo integral e colocar o ensino técnico. Por exemplo, na Serra, formar para a hotelaria; no agro, formar para o setor. Isso é um grande incentivador do desenvolvimento.

JC - Na saúde, o governo firmou acordo para postergação até 2030 do cumprimento dos 12% da receita para a área. Pretende seguir o cronograma, é possível adiantar o cumprimento?

Juliana - A gente lamenta que esses 12% não vinham sendo cumpridos. É por isso que a gente também tem - não só por isso, mas é um dos motivos - essa fila quilométrica no nosso Estado, com mais de 800 mil pessoas esperando por uma cirurgia, por um exame, por uma consulta. Vou cumprir esse acordo que foi feito com o Ministério Público. Não há possibilidade fiscal agora de já cumprir isso no primeiro ano de governo, mas a gente vai trabalhar para antecipar o quanto antes.

JC - A senhora tem proposto um programa de combate ao feminicídio inspirado em modelo adotado na Espanha. Como seria?

Juliana - E esse não é um problema das mulheres, é um problema da sociedade. O RS Seguro, que é um programa de segurança pública do atual governo, é um bom programa. Ele combateu homicídios, latrocínios, diminuimos os índices, apesar de que a criminalidade, também, ela vem mudando o seu perfil. Hoje a gente tem crimes digitais, que vão desde golpes até pedofilia, e a nossa estrutura de segurança pública, a nossa estrutura policial é analógica ainda, e os crimes já estão bem mais na frente. Vou falar aqui não só como mulher sobre esse assunto, o que eu já poderia fazer, e aí eu diria: parem de nos matar, parem de matar os nossos filhos. Mas vou falar como alguém que estudou, fiz um mestrado em Ciências Crimi-

nais. Então, decidi que vou chamar esse assunto do combate à violência contra as mulheres para dentro do meu gabinete, e eu mesma vou coordenar pessoalmente. Tem o RS Seguro, que unifica todas as forças de polícia, de inteligência, de integração, e vamos ter o RS Mulher Segura, em que vamos também, dentro do gabinete da governadora, trazer a saúde, trazer a assistência social, o Ministério Público, a Justiça, com reuniões semanais. A gente tem que incluir também os nossos prefeitos e prefeitas, porque esses feminicídios acabam acontecendo nas cidades. Então, precisa de uma parceria, por exemplo, com as guardas municipais. Este projeto é uma das 12 propostas que tenho para a questão diretamente dos feminicídios, mas uma delas é essa, do controle do risco e da eficiência, do monitoramento do Estado em relação ao risco da mulher. Ou seja, a mulher chega na sua primeira denúncia na delegacia e preenche um questionário bem específico, com 35 perguntas. Em cima desse questionário, que vai fazer perguntas assim: 'tem arma de fogo? Qual é o tipo de agressão? É verbal? É física?'. Vai ter um monitoramento. A gente vai dizer ali se é risco baixo, médio ou alto. Preenchendo esses requisitos, a fiscalização do governo do Estado vai se dar justamente em cima do baixo, do médio e do alto risco.

JC - O atual governo tem o Plano Rio Grande, de proteção contra cheias. Pretende dar sequência ou fazer modificações?

Juliana - O que entendo, nesse momento, é que não há um diálogo transparente com a população. A população não sabe como está sendo reconstruído o dique do Sarandi, eles têm dúvidas. As obras estruturantes, os diques, toda essa questão de contenção, elas são obras demoradas, é claro, mas vejo que o governo podia estar sendo mais eficiente, por exemplo, na questão do monitoramento das áreas, como cada região vai responder. E o sistema de alerta? É pior ainda, não é claro, as pessoas não sabem se elas têm que sair de casa. Tenho um projeto em que vou destinar 30% da Secretaria de Comunicação do meu governo para explicar para as pessoas, para monitorar e comunicar com as pessoas. As obras precisam ser feitas, não pretendo romper com nada, mas precisamos estudar com quem entende para ver se esse dique, por exemplo, vai corresponder a uma outra enchente que supere 2024.